



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 190,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 64/18:

Autoriza a abertura do procedimento de concurso limitado por convite para auditoria às demonstrações financeiras do Fundo Soberano de Angola relativas ao exercício económico de 2017.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 146/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção Nacional da Educação deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 147/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 148/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 149/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 96/12, de 9 de Março.

Ministérios das Relações Exteriores e das Finanças

Rectificação n.º 10/18:

Rectifica o Despacho Conjunto n.º 53/18, de 6 de Março, publicado no *Diário da República* n.º 32, I Série, que fixa o incentivo pecuniário de Rildo Passos Moreira Dias dos Santos, Gestor de Projectos nas Áreas de Infra-Estruturas Urbana e de Desenvolvimento Social no Banco Mundial, em prestação mensal de Akz: 583.167,17 e altera o n.º 1 do referido Despacho Conjunto.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 64/18
de 28 de Maio

Considerando que as demonstrações financeiras do Fundo Soberano de Angola estão sujeitas à auditoria externa de uma entidade independente, com vista à materialização do desiderato

estipulado no Regulamento e na Política de Investimentos do Fundo Soberano de Angola;

Havendo necessidade de se adoptar um procedimento contratual que visa a aquisição de serviços para a realização de auditoria regular às demonstrações financeiras do Fundo Soberano de Angola, a ser efectuada por um auditor independente, cuja nomeação compete ao Presidente da República;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º, artigo 35.º, artigo 146.º, do nível 6 do Anexo II e da alínea e) do n.º 1 do Anexo IV, todos da Lei n.º 9/16, de 16 de Junho, Lei dos Contratos Públicos, o seguinte:

1.º — É autorizada a abertura do procedimento de concurso limitado por convite para auditoria às demonstrações financeiras do Fundo Soberano de Angola relativas ao Exercício Económico de 2017.

2.º — O Presidente do Conselho de Administração do Fundo Soberano de Angola é autorizado em representação do Estado Angolano a praticar todos os actos decisórios e de aprovação tutelar no âmbito do procedimento de contratação pública supra-referido, até a celebração do contrato.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Maio de 2018.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

ANEXO I
Gabinete de Inspeção Nacional da Educação



A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto Executivo n.º 147/18
de 28 de Maio

Com a aprovação do Estatuto Orgânico do Ministério da Educação através do Decreto Presidencial n.º 17/18, de 25 de Janeiro, torna-se necessário regulamentar o funcionamento do Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 3.º do referido Estatuto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidos pelo Ministro da Educação.

ARTIGO 4.º
(Publicação)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Maio de 2018.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

**REGULAMENTO INTERNO
DO GABINETE DE INFRA-ESTRUTURAS,
EQUIPAMENTOS E MEIOS DE ENSINO**

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento Interno tem como objecto a organização e funcionamento do Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino.

ARTIGO 2.º
(Definição)

O Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino é o serviço encarregue de formular, definir estratégias de aplicação, controlar e fiscalizar a implementação da política no domínio de planificação de construção, reabilitação/ampliação, manutenção, apetrechamento das escolas e da aquisição de meios de ensino.

**ARTIGO 3.º
(Competências)**

O Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino tem as seguintes competências:

- a)* Definir o modelo-tipo de construção de escolas e equipamentos escolares e verificar o seu cumprimento;
- b)* Elaborar e remeter para aprovação o plano de construção das escolas secundárias, a nível nacional;
- c)* Emitir parecer sobre as propostas de construção ou de reparação de Centros Infantis e escolas públicas e privadas;
- d)* Analisar, acompanhar e supervisionar os projectos de execução de obras das instituições de ensino públicas;
- e)* Coordenar, analisar e acompanhar o processo relativo à aquisição dos equipamentos;
- f)* Definir a tipologia dos equipamentos e meios de ensino para o apetrechamento das instituições de ensino públicas;
- g)* Analisar e coordenar a execução dos projectos de aquisição de equipamentos escolares;
- h)* Conceber proposta de regulamento que defina o modelo-tipo de instituições de ensino;
- i)* Supervisionar o processo de construção das instituições de Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Secundário;
- j)* Exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas por lei ou superiormente.

**ARTIGO 4.º
(Director)**

O Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino é dirigido por um Director Nacional, a quem compete em especial:

- a)* Organizar, dirigir, coordenar e controlar a actividade das estruturas que constituem a Direcção;
- b)* Transmitir as orientações superiores e velar pela sua execução;
- c)* Representar e responder pela actividade do Gabinete;
- d)* Participar na elaboração do plano de actividades do Ministério da Educação e controlar a sua execução;
- e)* Analisar o cumprimento das tarefas do Gabinete;
- f)* Analisar e discutir as linhas de orientação do Gabinete;
- g)* Assegurar a aplicação prática da política aprovada sobre a formação e colaboração de quadros e acompanhar o desenvolvimento da capacidade técnica e cultural dos trabalhadores afectos ao Gabinete;
- h)* Discutir as modificações necessárias para o bom funcionamento do Gabinete;

- i)* Exercer o poder disciplinar de acordo com a legislação em vigor;
- j)* Estabelecer e desenvolver, no exercício das suas funções uma estreita colaboração com as demais estruturas do Ministério da Educação;
- k)* Elaborar e apresentar periodicamente o relatório da sua actividade, de acordo com as orientações superiores;
- l)* Desempenhar as demais funções que lhe forem superiormente atribuídas.

**CAPÍTULO II
Da Organização**

**SECÇÃO I
Da Organização em Geral**

**ARTIGO 5.º
(Estrutura)**

O Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino tem a seguinte estrutura:

1. Órgãos de Apoio Técnico e Consultivo:
Conselho de Direcção.
2. Órgãos Executivos:
 - a)* Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos Escolares;
 - b)* Departamento de Meios de Ensino.

**SECÇÃO II
Da Organização em Especial**

**ARTIGO 6.º
(Conselho de Direcção)**

1. O Conselho de Direcção é o órgão de apoio ao Director Nacional em matéria de planificação, organização, gestão, disciplina dos órgãos que compõem a Direcção.
2. O Conselho de Direcção reúne-se trimestralmente mediante convocatória do Director que o preside.
3. O Conselho de Direcção é composto por:
 - a)* Chefes de Departamento;
 - b)* Técnicos do Gabinete.

**SECÇÃO III
Dos Órgãos Executivos**

**ARTIGO 7.º
(Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos Escolares)**

1. O Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos Escolares é o serviço encarregue de acompanhar as construções escolares, reabilitação/ampliação e manutenção de escolas que inclui a concepção de projectos arquitectónicos, engenharia e fiscalização de obras, sendo necessário fazer o acompanhamento das mesmas nas diversas províncias do País onde estas ocorram.

2. O Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos Escolares tem as seguintes competências:

- a)* Propor a regulamentação do modelo-tipo de construção de escolas e equipamentos escolares, e verificar o seu cumprimento, a nível nacional;
- b)* Analisar, acompanhar e supervisionar os projectos de execução de arquitectura e engenharia de instituições de ensino públicas e privadas;
- c)* Emitir pareceres sobre as propostas de construção de infra-estruturas escolares e reabilitação/ampliação de escolas públicas;
- d)* Analisar, acompanhar e supervisionar a construção, reabilitações/ampliações de obras escolares e afins;
- e)* Recepcionar das empresas de fiscalização os autos de medição das obras para a sua análise, validação e posterior envio à área financeira para liquidação;
- f)* Realizar os procedimentos para a realização dos concursos públicos;
- g)* Elaborar e acompanhar a execução dos contratos desde o início até a sua conclusão em articulação com a Secretária Geral do MED;
- h)* Monitorar/fiscalizar na óptica do Dono da Obra a execução das obras de construção, reabilitação/ampliação, em conjunto com os relatórios mensais de obra;
- i)* Coordenar, analisar e acompanhar o processo relativo a aquisição dos equipamentos;
- j)* Propor a tipologia dos equipamentos e meios de ensino para o apetrechamento das instituições de ensino públicas;
- k)* Definir as dimensões e características dos equipamentos a adquirir;
- l)* Propor a aquisição das peças de reposição dos equipamentos, adquiridos para as escolas públicas;
- m)* Monitorar a aplicabilidade e uso dos equipamentos após entrega no seu destino;
- n)* Propor a tipologia dos equipamentos e meios de ensino para apetrechamento das instituições de ensino pública;
- o)* Trabalhar em conjunto as áreas específicas como Ensino Especial, Alfabetização, e outras, para definição dos equipamentos específicos;
- p)* Acompanhar o mercado internacional, a fim de realizar actualizações dos equipamentos na óptica da qualidade e preço mais vantajosos;
- q)* Exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas por lei ou superiormente.

3. O Departamento de Infra-Estruturas e Equipamentos Escolares é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 8.º
(Departamento de Meios de Ensino)

1. O Departamento de Meios de Ensino é o serviço encarregue de realizar a aquisição de meios de ensino, acompanhar o apetrechamento dos equipamentos para as escolas, não apenas para as escolas construídas e reabilitadas mas também todas as escolas que necessitem de melhoramento ou substituição destes equipamentos, materiais e meios de ensino, que desenvolvem actividades no quadro das aquisições velando pela sua qualidade.

2. O Departamento de Meios de Ensino tem as seguintes competências:

- a)* Coordenar, analisar o processo relativo à aquisição dos equipamentos e meios de ensino de todas as Instituições de Ensino Públicas;
- b)* Elaborar os procedimentos para a realização dos concursos públicos;
- c)* Elaborar, em coordenação com o GEPE, a designação técnica e quantidades dos equipamentos e meios de ensino a adquirir;
- d)* Elaborar estudos sobre as normas de consumo dos meios de ensino, mobiliário e equipamentos, tendo em conta os aspectos tecnológicos e conceitos de saúde e ergonomia na sua utilização, com uma perspectiva do mercado nacional e internacional;
- e)* Elaborar e acompanhar a execução dos contratos neste âmbito desde o seu início até a sua conclusão em articulação com a Secretaria Geral do MED;
- f)* Acompanhar a instalação e montagem dos equipamentos e meios de ensino nas respectivas instituições escolares;
- g)* Exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas por lei ou superiormente.

3. O Departamento de Meios de Ensino é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 9.º
(Secretaria)

1. A Secretaria é a estrutura encarregue de controlar e executar as actividades administrativas, bem como a gestão dos recursos materiais e humanos, competindo-lhe:

- a)* Organizar os processos individuais dos quadros e pessoal da Direcção, controlar a assiduidade e o cumprimento da disciplina laboral;
- b)* Assegurar, organizar e controlar a prestação de serviços administrativos e primar pela sua qualidade;
- c)* Manter actualizado o inventário dos bens patrimoniais, proceder o seu controlo e zelar pela sua conservação;

d) Controlar a efectividade de serviço e o cumprimento da disciplina laboral, de todos os trabalhadores do Gabinete;

e) Elaborar o planificar as férias do pessoal do Gabinete;

f) Realizar as tarefas que lhe forem superiormente acometidas.

2. A Secretaria é dirigida por um técnico indicado pelo Director do Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino.

CAPÍTULO III Disposições Finais

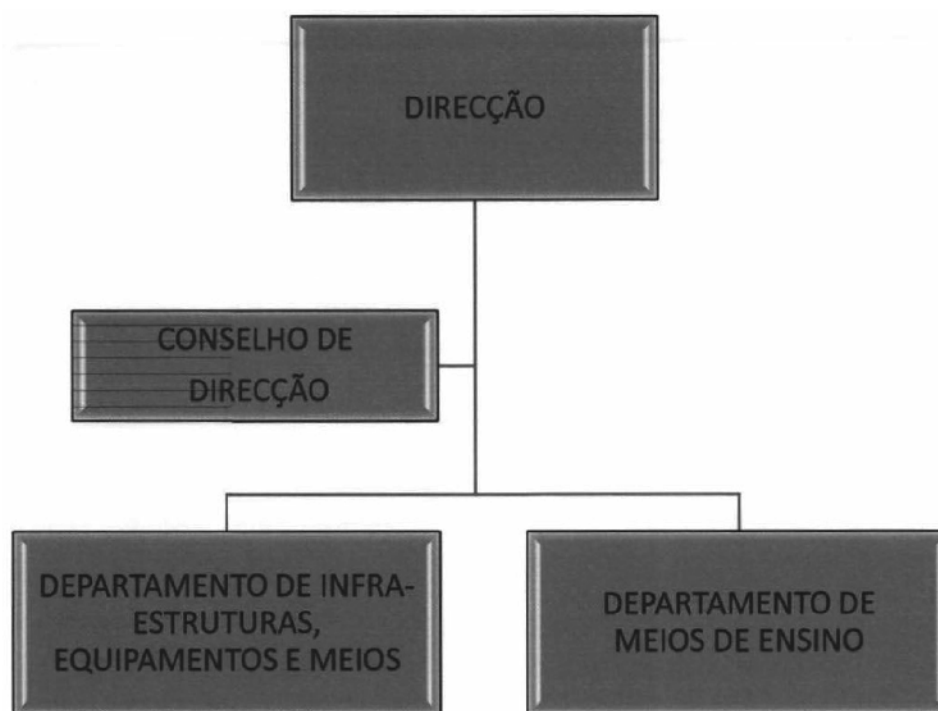
ARTIGO 10.º (Pessoal e organigrama)

1. O quadro de pessoal do Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino consta no Estatuto Orgânico do Ministério da Educação, aprovado por Decreto Presidencial n.º 17/18, de 25 de Janeiro.

2. O organigrama do Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino consta do Anexo I, sendo parte integrante do presente Regulamento Interno.

ANEXO I

Gabinete de Infra-Estruturas, Equipamentos e Meios de Ensino



A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto Executivo n.º 148/18 de 28 de Maio

Com a aprovação do Estatuto Orgânico do Ministério da Educação através do Decreto Presidencial n.º 17/18, de 25 de Janeiro, torna-se necessário regulamentar o funcionamento do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 3.º do referido Estatuto;

Com o presente Diploma passa o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística dispor, em termos de estrutura, dos meios adequados à realização das suas atribuições constantes do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Educação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas pelo Ministro da Educação.